



Discurso
(Interpelação ao Governo Regional a respeito da recuperação
do tempo de serviço dos docentes)

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Volto a esta tribuna para falar do nosso sistema educativo em geral e da questão, que considero central, da recuperação do tempo de serviço congelado aos professores e educadores.

Tenho defendido aqui, ao longo de todos estes anos, que o progresso da nossa sociedade, o combate às desigualdades sociais e o nosso crescimento económico dependem muito da eficácia do nosso sistema educativo.

Nos Açores, assim como no resto do país, persistem desigualdades sociais gritantes. Os filhos e netos dos mais pobres herdam, em grande parte dos casos, essa situação social. A pobreza herda-se nos Açores. Ainda não conseguimos quebrar, na nossa terra, o círculo vicioso da desigualdade. Ainda não conseguimos dar, a todas as nossas crianças e jovens, iguais oportunidades.

Temos de dar, a todos, iguais oportunidades. O Estado – e no nosso caso a administração regional – tem o dever e a missão de assegurar, a todos, as condições necessárias que garantam que nenhuma das nossas crianças e jovens fica para trás. Temos de corrigir as desigualdades e criar as condições de progresso e de triunfo coletivo e individual que assegurem a realização de todos.

Temos de garantir que todos possam, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões e alcançar a sua própria realização pessoal. Alguns não conseguirão, por diversas razões, alcançar esses objetivos. O que nós, todos nós, temos de



garantir é que ninguém nasce e vive condenado a um destino mais desigual e mais desfavorecido. É isso que temos de garantir.

Ora eu acredito que a escola constitui o meio mais decisivo de correção das assimetrias sociais. Muitos dos que escaparam ao círculo vicioso da pobreza e da desigualdade devem esse feito à escola pública e à expansão que a mesma conheceu após o 25 de abril.

Nas últimas décadas, Portugal superou mesmo, no âmbito de diversos estudos europeus, como por exemplo o PISA, os resultados obtidos por países como a França, a Itália ou a Espanha. Países que nos superam amplamente em termos de *PIB per capita*. Este facto demonstra que os resultados do sistema educativo podem superar circunstâncias sociais adversas e constrangimentos de classe seculares.

Os nossos próprios resultados regionais, no âmbito dos estudos internacionais a que temos vindo a fazer referência, evidenciam, claramente, que os alunos provenientes de meios sociais mais desfavorecidos obtêm, em geral, piores resultados. Mas não tem de ser assim. É possível melhorar e obter melhores resultados mesmo em contextos sociais mais desfavorecidos. Temos é de empenharmo-nos e libertar os recursos económicos necessários para corrigir desigualdades cuja origem se perde na noite dos tempos.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Penso que já deixei claro que considero que a educação constitui o principal instrumento de correção das desigualdades e de progresso da nossa sociedade. No sistema educativo todos têm um papel relevante. Os alunos, as famílias, os docentes e não docentes e também o grau de compromisso dos poderes públicos.



Pretendo hoje abordar, pela sua atualidade e importância, a questão da valorização da profissão docente.

Estou absolutamente convencido que nenhuma reforma educativa terá sucesso em Portugal, e muito em particular nos Açores, se não contar com a adesão dos professores. São eles que, nas nossas escolas, têm o dever e a missão de fazer de cada aluno um caso de sucesso. Eles são a primeira linha de uma intervenção que tem de superar constrangimentos financeiros, histórias de vida muitas vezes muito complicadas e o desinteresse que resulta de um ambiente social que não valoriza a escola.

Estes homens e estas mulheres, a quem a Região envia para a primeira linha de um combate que temos de vencer em nome do progresso, da justiça e da igualdade de oportunidades, têm de ser devidamente valorizados na nossa sociedade. Têm de sentir que nós, os poderes públicos, constituímos a sua retaguarda segura. Que garantimos o bem-estar das suas famílias e que os valorizamos.

Têm de sentir que podem embrenhar-se numa luta difícil, que exige muitas das suas horas e minutos disponíveis, muito para além do seu horário. Estes homens e estas mulheres têm de sentir que nós estamos aqui. Que somos a retaguarda que não cede e que lhes garante todas as condições para triunfar num combate que significa ganhar um futuro mais próspero e socialmente mais justo.

Têm de sentir que valorizamos o seu espírito de missão e a entrega generosa de quem tem a função de complementar os esforços das famílias e de superar as debilidades e insucessos de algumas das nossas políticas de justiça social.

Nas escolas, um aluno “ganha-se sempre” quando percebe e sente que ele é a nossa prioridade e que não o vamos abandonar, seja em que circunstância for. Os professores têm essa missão, que está muito para além dos seus deveres burocráticos.

Meus senhores!

Eu não acho que os professores dos Açores estejam a ser tratados como merecem. Eu não acho que os poderes públicos estejam



a ser a sua retaguarda segura. Eu não acho que o Governo Regional os valorize da forma como merecem.

A atual luta dos professores pela recuperação do tempo de serviço que efetivamente prestaram e que lhes foi congelado, impedindo assim a sua progressão em termos de carreira, é, a este respeito, exemplar.

A questão é a seguinte: o Governo Regional está ou não está de acordo com a recuperação integral do tempo de serviço prestado pelos docentes dos Açores? Está ou não está?

Se está a favor da recuperação integral do tempo de serviço dos docentes – que me parece uma questão de justiça indiscutível –, cabe ao Governo Regional elaborar uma proposta que, em negociação com os representantes da classe docente, permita alcançar, de forma gradual, esse objetivo. Os professores estão, como é público, disponíveis para negociar os prazos de recuperação do tempo de serviço e a competência nesta matéria pertence inteiramente aos órgãos de governo próprio da Região.

Se o Governo Regional não está de acordo com a recuperação integral do tempo de serviço dos docentes, então deve verbalizar essa sua opinião de forma clara. Na minha opinião, o que não é digno nesta matéria é o Governo Regional refugiar-se nas saias de Lisboa e ficar-se por ali a fazer uma triste figura.

Temos autonomia política e legislativa para decidir. O Governo Regional já disse que a questão financeira não é determinante. Sendo assim, o que é que falta para o Governo Regional assumir as suas responsabilidades?

Os professores não percebem por que razão a Autonomia dos Açores, que ensinam nas nossas escolas, só não é exercida precisamente no seu caso. Perguntam-se, seguramente, se são “filhos de um deus menor”.

Meus senhores!



Defendo aqui que a recuperação integral do tempo de serviço dos docentes constitui uma medida justa e de efetiva valorização da carreira docente.

Defendo aqui, também, que se trata de uma medida que acautela os interesses da Região, a curto e médio prazo. Temos de tornar a carreira docente mais apelativa nos Açores. Temos de criar um quadro de diferenciação positiva da carreira docente nos Açores que nos permita evitar constrangimentos futuros no âmbito da colocação de professores nas escolas da Região.

A curto prazo o país – e a nossa Região em particular - enfrentará uma situação para muitos impensável. Portugal terá falta de professores como agora, por exemplo, tem falta de médicos.

Esta é a oportunidade de valorizar a carreira docente nos Açores. Recuperando integralmente o tempo de serviço prestado pelos docentes e integrando nos quadros de escola os docentes contratados de forma sistemática pelo nosso sistema educativo.

Trata-se, em primeiro lugar, de fazer justiça. De acautelar o futuro também. De ter os tais soldados de primeira linha valorizados e motivados. Mas o mais importante de tudo é que os Açores, investindo na educação e valorizando os professores, fica em condições de ganhar o combate mais importante do nosso tempo: ganhar a batalha do conhecimento, da justiça social e do progresso da nossa sociedade.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 16 de outubro de 2018

O Deputado do PPM,

Paulo Estêvão